

A relação entre cidadania e democracia na organização das sociedades



Spoiler da aula



Leitura

Texto 1

[Em 2005, 63% dos brasileiros votam em referendo a favor do comércio de armas](#)



Vídeos

Vídeo 1

[Os Miseráveis - Trailer](#)

Revisando a matéria em 5 minutos!



Competência 5? Habilidade 24? O que isso tem a ver com o Enem?

Essa competência exige do candidato uma análise sobre as alterações sociais que ocorreram historicamente de acordo com ideais democráticos, a fim de prezar a luta das minorias e grupos sociais para algumas conquistas. Assim, cabe associar o quanto a democracia em si e a forte atuação da cidadania auxiliaram nas alterações e na nova formação da sociedade.

Competência 5

Utilizar os conhecimentos históricos para **compreender e valorizar** os fundamentos da cidadania e da democracia, favorecendo uma atuação consciente do indivíduo na sociedade.

Habilidade 24

Relacionar cidadania e democracia na organização das sociedades.

🔊 Cidadania

Cidadania é o exercício dos direitos e deveres civis, políticos e sociais estabelecidos na Constituição de um país. A cidadania também pode ser definida como a condição do cidadão: indivíduo que vive de acordo com um conjunto de estatutos pertencentes a uma comunidade politicamente e socialmente articulada. Uma boa cidadania implica que os direitos e deveres estão interligados, e o respeito e cumprimento de ambos contribuem para uma sociedade mais equilibrada e justa.

Exercer a cidadania é ter consciência de seus direitos e obrigações, garantindo que estes sejam colocados em prática. Exercer a cidadania é estar em pleno gozo das disposições constitucionais. Preparar o cidadão para o exercício da cidadania é um dos objetivos da educação de um país.

O conceito de cidadania também está relacionado ao país onde a pessoa exerce os seus direitos e deveres. Assim, a cidadania brasileira é relativa ao indivíduo, que, por sua vez, está ligado aos direitos e deveres que estão definidos na Constituição do Brasil.

A Constituição da República Federativa do Brasil, promulgada em 5 de outubro de 1988, pela Assembleia Nacional Constituinte, composta por 559 congressistas (deputados e senadores), consolidou a democracia, após longos anos da ditadura militar no Brasil.

🔊 Tipos de direitos

Direitos políticos

Referem-se aos direitos eleitorais (possibilidade de votar e ser votado) o direito de livre associação (partidos, sindicatos, etc.) e o direito de protestar.

Os direitos políticos começaram a ser reivindicados já no século XVIII, mas foram conquistados efetivamente, na maioria dos países, somente no século XX.

Direitos sociais

Os direitos sociais demarcam uma importante mudança na evolução da cidadania moderna. Sua função é garantir certas prerrogativas relacionadas às condições mínimas de bem-estar social e econômico que possibilitem aos cidadãos usufruir plenamente do exercício dos direitos civis e políticos.

O princípio norteador dos direitos sociais é o argumento de que as desigualdades de provimentos (condições sociais e econômicas) não podem se traduzir em desigualdades de prerrogativas (direitos civis e políticos). Desse modo, adquiriu-se a noção de que determinado grau de pobreza priva os cidadãos de participação cívica.

Direitos civis

Referem-se às liberdades individuais, como o direito de ir e vir, de dispor do próprio corpo, o direito à vida, à liberdade de expressão, à propriedade, à igualdade perante a lei, a não ser julgado fora de um processo regular, a não ter o lar violado. Esse grupo de direitos tem por objetivo garantir que o relacionamento entre as pessoas seja baseado na liberdade de escolha dos rumos de sua própria vida - por exemplo, definir a profissão, o local de moradia, a religião, a escola dos filhos, as viagens - e de ser respeitado. É preciso ressaltar que a liberdade de cada um não pode comprometer a liberdade do outro.

Direitos humanos

São os direitos e liberdades básicos de todos os seres humanos. Normalmente, o conceito de direitos humanos tem a ideia também de liberdade de pensamento e de expressão, e a igualdade perante a lei.

Exercícios



De aula

1.

A política foi, inicialmente, a arte de impedir as pessoas de se ocuparem do que lhes diz respeito. Posteriormente, passou a ser a arte de compelir as pessoas a decidirem sobre aquilo de que nada entendem.

VALÉRY, P. Cadernos. Apud BENEVIDES, M. V. M. A cidadania ativa. São Paulo: Ática, 1996.

Nessa definição, o autor entende que a história da política está dividida em dois momentos principais: um primeiro, marcado pelo autoritarismo excludente, e um segundo, caracterizado por uma democracia incompleta. Considerando o texto, qual é o elemento comum a esses dois momentos da história política?

- a) a distribuição equilibrada do poder.
- b) o impedimento da participação popular.
- c) o controle das decisões por uma minoria.
- d) a valorização das opiniões mais competentes.
- e) a sistematização dos processos decisórios.

2.



QUINO. Toda Mafalda. São Paulo: Martins Fontes, 1991.

Democracia: "regime político no qual a soberania é exercida pelo povo, pertence ao conjunto dos cidadãos."

JAPIASSÚ, H.; MARCONDES, D. Dicionário Básico de Filosofia. Rio de Janeiro: Zahar, 2006.

Uma suposta "vacina" contra o despotismo, em um contexto democrático, tem por objetivo

- a) impedir a contratação de familiares para o serviço público.

- b) reduzir a ação das instituições constitucionais.
- c) combater a distribuição equilibrada de poder.
- d) evitar a escolha de governantes autoritários.
- e) restringir a atuação do Parlamento.

3.

TEXTO I

A ação democrática consiste em todos tomarem parte do processo decisório sobre aquilo que terá consequência na vida de toda coletividade.

GALLO, S. et al. Ética e Cidadania. Campinas: Papirus, 1997 (adaptado).

TEXTO II

É necessário que haja liberdade de expressão, fiscalização sobre órgãos governamentais e acesso por parte da população às informações trazidas a público pela imprensa.

Disponível em: <http://www.observatoriodaimprensa.com.br>. Acesso em: 24 abr. 2010.

Partindo da perspectiva de democracia apresentada no Texto I, os meios de comunicação, de acordo com o Texto II, assumem um papel relevante na sociedade por

- a) orientarem os cidadãos na compra dos bens necessários à sua sobrevivência e bem-estar.
- b) fornecerem informações que fomentam o debate político na esfera pública.
- c) apresentarem aos cidadãos a versão oficial dos fatos.
- d) propiciarem o entretenimento, aspecto relevante para conscientização política.
- e) promoverem a unidade cultural, por meio das transmissões esportivas.



De casa

1. É verdade que nas democracias o povo parece fazer o que quer; mas a liberdade política não consiste nisso. Deve-se ter sempre presente em mente o que é independência e o que é liberdade. A liberdade é o direito de fazer tudo o que as leis permitem; se um cidadão pudesse fazer tudo o que elas proíbem, não teria mais liberdade, porque os outros também teriam tal poder.

MONTESQUIEU. Do Espírito das Leis. São Paulo: Editora Nova Cultural, 1997 (adaptado).

A característica de democracia ressaltada por Montesquieu diz respeito

- a) ao status de cidadania que o indivíduo adquire ao tomar as decisões por si mesmo.

- b) ao condicionamento da liberdade dos cidadãos à conformidade às leis.
- c) à possibilidade de o cidadão participar no poder e, nesse caso, livre da submissão às leis.
- d) ao livre-arbítrio do cidadão em relação àquilo que é proibido, desde que ciente das consequências.
- e) ao direito do cidadão exercer sua vontade de acordo com seus valores pessoais.

2. Para que não haja abuso, é preciso organizar as coisas de maneira que o poder seja contido pelo poder. Tudo estaria perdido se o mesmo homem ou o mesmo corpo dos principais, ou dos nobres, ou do povo, exercesse esses três poderes: o de fazer leis, o de executar as resoluções públicas e o de julgar os crimes ou as divergências dos indivíduos. Assim, criam-se os poderes Legislativo, Executivo e Judiciário, atuando de forma independente para a efetivação da liberdade, sendo que esta não existe se uma mesma pessoa ou grupo exercer os referidos poderes concomitantemente.

MONTESQUIEU, B. Do espírito das leis. São Paulo: Abril Cultural, 1979 (adaptado).

A divisão e a independência entre os poderes são condições necessárias para que possa haver liberdade em um Estado. Isso pode ocorrer apenas sob um modelo político em que haja

- a) exercício de tutela sobre atividades jurídicas e políticas.
- b) consagração do poder político pela autoridade religiosa.
- c) concentração do poder nas mãos de elites técnico-científicas.
- d) estabelecimento de limites aos atores públicos e às instituições do governo.
- e) reunião das funções de legislar, julgar e executar nas mãos de um governante eleito.

3. Compreende-se assim o alcance de uma reivindicação que surge desde o nascimento da cidade na Grécia antiga: a redação das leis. Ao escrevê-las, não se faz mais que assegurar-lhes permanência e fixidez. As leis tornam-se bem comum, regra geral, suscetível de ser aplicada a todos da mesma maneira.

VERNANT, J. P. As origens do pensamento grego. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1992 (adaptado).

Para o autor, a reivindicação atendida na Grécia antiga, ainda vigente no mundo contemporâneo, buscava garantir o seguinte princípio:

- a) Isonomia — igualdade de tratamento aos cidadãos.
- b) Transparência — acesso às informações governamentais.
- c) Tripartição — separação entre os poderes políticos estatais.
- d) Equiparação — igualdade de gênero na participação política.
- e) Elegibilidade — permissão para candidatura aos cargos públicos.

4.



PAIVA, M. Disponível em: www.redes.unb.br. Acesso em: 25 maio 2014.

A discussão levantada na charge, publicada logo após a promulgação da Constituição de 1988, faz referência ao seguinte conjunto de direitos:

- a) Civis, como o direito à vida, à liberdade de expressão e à propriedade.
- b) Sociais, como direito à educação, ao trabalho e à proteção à maternidade e à infância.
- c) Difusos, como direito à paz, ao desenvolvimento sustentável e ao meio ambiente saudável.
- d) Coletivos, como direito à organização sindical, à participação partidária e à expressão religiosa.
- e) Políticos, como o direito de votar e ser votado, à soberania popular e à participação democrática.

5.

TEXTO I

Olhamos o homem alheio às atividades públicas não como alguém que cuida apenas de seus próprios interesses, mas como um inútil; nós, cidadãos atenienses, decidimos as questões públicas por nós mesmos na crença de que não é o debate que é empecilho à ação, e sim o fato de não se estar esclarecido pelo debate antes de chegar a hora da ação.

TUCÍDIDES. História da Guerra do Peloponeso. Brasília: UnB, 1987 (adaptado).

TEXTO II

Um cidadão integral pode ser definido por nada menos que pelo direito de administrar justiça e exercer funções públicas; algumas destas, todavia, são limitadas quanto ao tempo de exercício, de tal modo que não podem de forma alguma ser exercidas duas vezes pela mesma pessoa, ou somente podem sê-lo depois de certos intervalos de tempo prefixados.

ARISTÓTELES. Política. Brasília: UnB, 1985.

Comparando os textos I e II, tanto para Tucídides (no século V a.C.) quanto para Aristóteles (no século IV a.C.), a cidadania era definida pelo(a)

- a) prestígio social.
- b) acúmulo de riqueza.
- c) participação política.
- d) local de nascimento.
- e) grupo de parentesco.

Gabarito



De aula

1. C

2. D

3. B



De casa

1. B

Segundo Montesquieu, a liberdade política de um regime democrático encontra-se voltada para a obediência das leis. Caso não houvessem leis, os cidadãos poderiam interferir nas liberdades uns dos outros.

2. D

Montesquieu era contra o absolutismo monárquico, por isso, criticava o poder centralizado nas mãos do rei. Dessa maneira, defendia a tripartição dos poderes e a independência dos mesmos (Executivo, legislativo e judiciário).

3. A

O conceito de isonomia surgiu na Grécia Antiga, e defende a máxima: todos os cidadãos são iguais, não devendo haver nenhuma distinção entre elas dentro de uma sociedade. A isonomia é o pilar básico de uma democracia. A única questão que o aluno não pode se confundir quando analisar a isonomia grega, é o conceito de cidadania. Todos tinham o tratamento igual, porém nem todos eram cidadãos gregos: escravos, mulheres e menores de 20 anos não eram considerados cidadãos na Grécia antiga.

4. B

Os direitos sociais do brasileiro foram expressamente escritos na Constituição de 1988, chamada também de “Constituição cidadã” devido ao seu caráter democrático em um ambiente ainda sombreado pelos anos da ditadura militar. Os direitos sociais englobam uma

série de outros pontos, apresentados justamente na letra B, pois as demais alternativas variam de organização políticas até objetivos econômicos.

5. C

O ideal de cidadania abordado nos textos refere-se à participação política que envolvia todo cidadão de uma sociedade democrática.

Continue estudando

[Cidadania e Participação política](#)

[Aula ao vivo: Conceito de Cidadania e seus Direitos](#)

[Exercícios sobre Conceito de Cidadania e seus Direitos](#)

[Mídia e Cidadania](#)

[Estado e direitos do cidadão a partir da Idade Moderna](#)

[A luta pela conquista de direitos pelos cidadãos](#)